

O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS – ESTUDO DE CASO NAS 141 PREFEITURAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Guelly Urzêda de Mello Rezende

Doutorado em andamento em Administração - Universidad de la Integración de las Américas, UNIDA, Paraguai.

<http://lattes.cnpq.br/5909787352483879>

E-mail: guellyurzedaauditora@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-91>

RESUMO: O controle interno promove a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial da administração direta ou indireta da União, com medidas de controle a entidade torna-se mais organizada e realiza um trabalho mais eficiente com os recursos públicos. Neste trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais são os itens que apresentou melhoria na administração de recursos públicos após a implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras do Estado de Mato Grosso? Para responder o problema de pesquisa tem-se como objetivo geral: Identificar quais são os itens que apresentou melhoria na administração de recursos públicos após a implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras do Estado de Mato Grosso. Será feito uma pesquisa em todas as prefeituras das cidades do Estado de Mato Grosso, é um assunto inovador e de grande relevância na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Controle Interno. Recursos Públicos. Mato Grosso.

INTERNAL CONTROL IN THE ADMINISTRATION OF PUBLIC RESOURCES – CASE STUDY IN THE 141 CITY HALLS IN THE STATE OF MATO GROSSO

ABSTRACT: Internal control promotes accounting, financial, operational and patrimonial inspection of the direct or indirect administration of the Union, with control measures the entity becomes more organized and performs a more efficient work with public resources. This work presents the following research problem: What are the items that showed improvement in the administration of public resources after the implementation of internal control systems in the municipalities of the State of Mato Grosso? In order to answer the research problem, the general objective is: To identify which are the items that showed improvement in the administration of public resources after the implementation of internal control systems in the municipalities of the State of Mato Grosso. A survey will be carried out in all the prefectures of the cities of the State of Mato Grosso, it is an innovative subject of great relevance today.

KEYWORDS: Internal Control. Public Resources. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Os órgãos públicos precisam de controle interno formado por normas e rotinas internas aplicadas para estabelecer ordens nas atribuições da unidade, conseguir observância dos princípios constitucionais e tem melhor participação das prioridades de execução financeira, mantém permanência de domínio das atividades, com a intenção de melhorar o andamento das realizações das tarefas e fortalecendo a administração de forma preventiva. “Os itens mais importantes que devem conter em um sistema de controle interno são: responsabilidade, rotinas internas, acesso aos ativos, segregação de funções, confronto dos ativos com registros, amarrações de sistema e auditoria interna” (ALMEIDA, 1996, p. 51-57).

Diante da necessidade de implantação de controles internos nos municípios, cada dia surge novas dúvidas e dificuldades perante o controle interno na sua forma de atuação. Tal fato justifica a elaboração deste projeto. Este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: Quais são os itens que apresentou melhoria na administração de recursos públicos após a implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras do Estado de Mato Grosso? Objetivos: Os objetivos foram criados na intenção do pesquisador em conseguir realizar a pesquisa de forma que se torne coerente e realmente chegue ao destino esperado, a pesquisa tem um objetivo geral e três objetivos específicos abaixo elencados. Objetivo Geral: Para responder o problema de pesquisa tem como objetivo geral: Determinar os itens que apresentou melhoria na administração de recursos públicos após a implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras do Estado de Mato Grosso. Objetivos Específicos: Para o entendimento do objetivo geral, objetivam-se especificamente os seguintes objetivos específicos: Selecionar na literatura os itens de controle interno aplicados a órgãos públicos; identificar os itens que não houve melhora nas prefeituras do Estado de Mato grosso após a implantação de controles internos; constatar as melhorias encontradas nas prefeituras do Estado de Mato Grosso após a implantação de controles internos.

Para nortear o atendimento aos objetivos específicos propostos nesta tese têm-se as seguintes questões de estudo: Quais os itens de controle interno encontrados na literatura podem ser aplicados em órgãos públicos? Quais são os itens que não houve

melhora nas prefeituras do Estado de Mato grosso após a implantação de controles internos? Quais foram as melhorias encontradas nas prefeituras do Estado de Mato Grosso após a implantação de controles internos? Hipótese: A hipótese da pesquisa é: As prefeituras do Estado de Mato Grosso apresentaram melhorias na administração de recursos públicos após a implantação de sistemas de controles internos.

METODOLOGIA

A pesquisa ocorrerá no Brasil especificamente nas 141 prefeituras dos municípios do Estado de Mato Grosso, em 2011 a gestão municipal destes municípios se encontram no terceiro ano de mandato, pois a atual gestão é de 2009 a 2012. No Brasil são no total 27 estados e foi escolhido o Estado de Mato Grosso onde existe uma riqueza natural, muitos municípios com poucos habitantes e características próprias, o Tribunal de Contas de Mato Grosso desde 2007 vem exigindo cumprimento na implantação de controles internos e então esta pesquisa será aplicada para descobrir quais as melhorias após a implantação.

TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa é de modelo não experimental, de cunho transversal e tipo descritiva onde apresentam-se aspectos e comportamentos de determinada população ou fenômeno tornando-se evidente para esclarecer determinadas características da pesquisa. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever característica de determinados assuntos, e é utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados.

No entendimento de Andrade, 2002 apud Beuren 2004, p. 81, a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos registrarem-nos, analisá-los, classificá-los e interpretá-los e o pesquisador não interfere neles. O estudo de caso, é efetuado em um só lugar, ou fato, é bastante minucioso e detalhado, buscando o máximo esgotar as informações sobre o assunto estabelecido, onde gera específicos e numerosos itens para a compreensão do caso.

Para Gil (1999, p. 73) apud Bueren 2004, “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. A amostra será todos os municípios inseridos na população da pesquisa sendo 141 municípios.

INSTRUMENTOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS

A técnica de coleta de dados será feita por observação direta extensiva será utilizado questionário. “questionário – constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador” (Lakatos, Eva Maria 2010, p. 111).

Será utilizada nesta pesquisa como coleta de dados questionário com 20 perguntas fechadas enviadas por e-mail. Em seguida recolher a resposta.

Será feito tabulação e análise de dados, primeiramente fazer levantamento dos itens da pesquisa, elaborar o questionário da pesquisa e aplicar na amostra, recolher as respostas e tabular eletronicamente os dados, então converter os dados quantitativos em percentuais para análise, fazer demonstração gráfica e explicativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEITO DE CONTROLE INTERNO

O controle interno é aquele que a organização exerce sobre suas próprias atividades, é um conjunto de regras e medidas aplicadas, tendo como objeto assegurar a execução e garantir proteção de ativos, dentro dos princípios básicos da administração pública, sendo responsável, dentro outras coisas, pela realização periódica de auditoria interna, para verificação do cumprimento das instruções normativas de controle interno, tendo em vista a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com emissão de relatório e parecer para conhecimentos dos chefes de poder correspondentes.

Segundo CFC, 2000 apud Oliveira, Peres Jr. e Silva (2002, p. 81) considera:

O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade de seus registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional.

Os controles internos têm por objetivo manter a integridade do patrimônio da entidade, é preciso ser definido, implantado e implementado sempre que existir a necessidade, para garantir a normalidade administrativa, operacional, contábil, orçamentária e financeira.

RELAÇÃO ADMINISTRADOR VERSUS CONTROLADOR

O controlador em uma empresa privada é contratado executar seu trabalho da melhor forma possível e é incentivado pelo dono a organizar e controlar a empresa, já na administração pública o respaldo é lendo, o controlador em muitas situações é indesejado, o gestor nem sempre fortalece a implantação dos controles e pelo contrário acaba atrapalhando a realização das atividades do controle interno, por interesses pessoais, ignorância, e vaidade.

O controlador interno é responsável em fazer representação ao Tribunal de Contas, com isso é fortalecido a função do controle interno, e no final do exercício deve emitir o Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, em que constem inclusive, as recomendações não atendidas pela administração, este parecer deve compor o processo de prestação de contas anuais, exigido em Lei complementar n° 269/ 2007- Lei orgânica do Tribunal de Contas de Mato Grosso - TCE no art.8°.

ROTINAS INTERNAS

As rotinas internas são todas as atividades desenvolvidas no dia a dia, é a sequência das atitudes no desenvolvimento do trabalho, são as formas de preenchimento de documentos, formas de atendimento ao público, procedimentos de autorização, datas de compromissos de pagamento. Todos os atos rotineiros da organização são considerados rotinas internas.

As rotinas devem ser observadas e analisadas no dia a dia assim poderá reestruturar para melhor atender as necessidades da instituição, para estabelecer as rotinas internas primeira precisa definir os sistemas administrativos que são o conjunto de atividades semelhantes considerados setores, então implantar a instruções normativas para cada sistema administrativo.

Em TCE (2007, p. 32) assim diz:

A definição desses sistemas, com a identificação da unidade que atuará como órgão central de cada um, servirá de base para o início da implementação e padronização das rotinas internas, contemplando os respectivos procedimentos de controle, que serão especificadas nas **instruções normativas**”

As Instruções Normativas descrevem as rotinas internas que são ordens a serem seguidas por todos os funcionários, cada setor obedecerá a rotina diária do setor, e assim sucessivamente, também contém organogramas e manuais de procedimentos. Com a formalidade de Instruções Normativas facilita a realização do trabalho, pois na dúvida olha na norma e pronto, já está escrito como deve proceder, de quem é a responsabilidade da execução de tal procedimento, quem deve carimbar ou autorizar determinado ato, em que data deve ser resolvido tal atividade para permanecer no prazo, desde organização documental e guarda, entre inúmeras informações necessárias para desenvolver da melhor forma o serviço no setor.

Após a elaboração da Instrução normativa é preciso repassar e ensinar a todos os envolvidos do setor já normatizado é importante ser feito seminário para discernimento, leitura e esclarecimento de dúvidas. Então seguida acompanhar as atividades de rotina se estão de acordo com a norma e sempre emitindo circulares aos setores para fiel cumprimento das Instruções Normativas de controle interno.

Segundo Crepaldi (2000, p.207), rotinas internas compreendem:

- ✓ Formulários internos e externos
- ✓ Instruções para preenchimento e destinações de formulários internos e externos
- ✓ Evidências das execuções dos procedimentos internos de controle
- ✓ Procedimentos internos dos diversos setores das empresas.

Quando o órgão não possui uma sequência definida de realização de rotinas internas é muito confuso identificar de quem foi o erro, ou em que momento houve a causa do erro. Sem regras fica confuso a realização das tarefas, o que enfraquece o controle interno.

ACESSO DE ATIVOS

O item acesso de ativos são os controles que mantêm a ideia de malícia, são medidas para dificultar a possível fraude ou desperdício, não são todas as pessoas que são confiáveis, na instituição é preciso confiar valores em pessoas escolhidas pessoas de grande confiança, para evitar que haja desvios.

É imprescindível o manuseio em conjunto dos documentos assinados e envelopes de dinheiro de salários, precisam ser de forma coletiva. Não se diga que o administrador geral procede com excesso de desconfiança em relação aos delegados, apenas é melhor prevenir do que remediar. É necessário ficar atento não somente ao que diz respeito a valores, mas em todo procedimento que é preciso assinar ou demonstre relevância.

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

A segregação de função ocorre quando uma pessoa é responsável por várias fases de um procedimento, como comprar, receber a mercadoria, e pagar. Para uma eficiência de controle interno é preciso desmembrar as funções, dividir as tarefas de forma que o procedimento da fase inicial a fase final seja realizada por várias pessoas, com isso dificulta fraudes, pois precisaria do consentimento de várias pessoas para realizar a irregularidade, e em caso de erros existe a possibilidade de ser descoberto por um dos integrantes em tempo hábil.

Um funcionário não pode realizar várias funções que de alguma forma permitam fraude, as pessoas que executam serviços relativos a lançamento contábil como empenhos, liquidação, pagamento de despesas, não pode autorizar compras de bens, nem mesmo ser tesoureiro e assinar cheque. Quem faz departamento pessoal e gera a folha e holerites, não pode fazer os cheques de salários e assinar, lançar na contabilidade, assim

fica sobre total responsabilidade muitas atribuições em uma mesma pessoa, ocasionando erro, desconfiança e muitas vezes fraude.

É evidente que distribuir as funções reduz a oportunidade de fraudes, assim uma pessoa trabalha precisando de outra pessoa de outro setor, desta forma os procedimentos realizados tornam-se fiscalizados enquanto são executados.

CONFRONTO DOS ATIVOS COM OS REGISTROS

Confronto dos ativos com os registros é um grande instrumento de fiscalização do controlador, pois com a comparação de registros é possível perceber se houve erro, algumas conferências devem ser feitas quando envolve o erário antes de serem efetivamente pagas.

É importante fazer conciliação de informações já registradas, comparar o extrato bancário com a relatório de empenhos pagos e copias e canhotos de cheques, comparar valores descontado dos servidores com valores pagos nas guias de recolhimento de previdência, sindicatos, IRRF e consignações bancarias, confrontar Lei de diárias que relatam os valores a serem pagos com o relatório de empenhos de diárias pagos, para verificar se os valores pagos foram pagos corretamente, comparar lançamentos de balancetes mensais com balanço geral e assim por diante para que seja possível constatação de irregularidades, conferir e comparar é sempre importante. Folha de pagamento devem ser conferidas antes de preencher os cheques de salários, assim evita aborrecimentos posteriores, esse procedimento de conferência deve ser costumeiro.

AMARRAÇÃO DO SISTEMA

No órgão público é preciso ser desenvolvido itens de amarração para interligar um atividade a outra pode ser, pedidos, requisições, carimbos, planilhas, relatórios estruturar toda entrada de bens, desde o momento de chegada até a guarda do mesmo, é necessário ter a certificação de que realmente foi autorizado a compra, se tem as devidas assinaturas e carimbo, e encaminhar para o setor subsequentes sempre respeitando as medidas de controle, um pagamento só pode ocorrer se realmente a mercadoria foi

entregue, se já houve o empenho e liquidação e aí então faz ordem de pagamento e enfim, o devido cheque.

No órgão é preciso ter conferências desde de requisições de compra, até o numerário enviado para o banco através do motorista do órgão, é importante controlar até as coisas que representam ser singelas, o intuito de aplicar amarração de sistema é que um setor controle o outro de forma espontânea na execução do serviço diário, para finalizar uma tarefa é preciso comunicar com outros setores, assim um checa o serviço do colega, sucessivamente, então pode estar descobrindo falhas em outro setor, se por virtude um documento falso entra na empresa, acabara sendo descoberto antes do efetivo pagamento.

RESPONSABILIDADE

Definir os funcionários responsáveis pelas atividades é muito importante para se ter liderança e bom resultado no setor, é preciso definir por escrito as normas e medidas e de preferência ficar num local à vista.

Quando as pessoas não são cobradas pelas suas atribuições, frequentemente pouca atenção é dada as medidas de controle interno e a integridade e exatidão dos resultados fica comprometida. Sendo assim as pessoas devem ser responsabilizadas pelos resultados a ela atribuídas. O plano de organização deve fixar, com clareza, as responsabilidades funcionais.

Para Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 324) dizem:

Os papéis e demais membros do quadro de pessoal da entidade que fornecem informações para os sistemas que incluem controles internos, de que utilizam informações por eles fornecidas, são responsáveis por comunicar a um nível mais alto da organização quaisquer problemas de não obediência aos controles ou de atos ilegais de que venham a tomar conhecimento.

LIMITAÇÃO INERENTE DO CONTROLE INTERNO

No controle interno as atividades são desenvolvidas de acordo com o interesse de seus participantes, se na equipe algumas pessoas não cumprirem as regras, tornam o

controle ineficiente, o controle interno não é apenas o controlador e sim todos os participantes trabalhando de forma disciplinada cumprindo as exigências das Instruções Normativas caso contrário é o controle é enfraquecido.

A falha humana é existente, mas precisa ser observada e corrigida. É preciso estar passando periodicamente por modificações de estratégias e procedimentos mínimos de auditoria, e as mais singelas atitudes devem ser observadas.

Para Jund (2001, p. 201) afirma;

Que pode ocorrer falhas na maioria dos procedimentos de controles, resultantes de entendimento precário das instruções, erros de juízo, descuido ou outros fatores humanos, que procedimentos podem ser burlados mediante conveniência, e qualquer projeção para períodos futuros corre o risco de os procedimentos ficarem defasados, ficando deteriorado o grau de observância.

Desenvolver métodos e medidas acompanhadas para prever as falhas e consertá-las a tempo antes de trazer desperdício é a melhor opção para o controlador e quanto maior for a adequação dos controles internos administrativos, menores será a vulnerabilidade dos riscos inerentes a gestão, mas os riscos sempre vão existir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa respondeu o problema de pesquisa, utilizando o objetivo geral: analisar quais são os itens que apresentaram melhoria na administração de recursos públicos, após a implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras do Estado de Mato Grosso. Percebeu-se que todos os setores das prefeituras tiveram melhorias após a implantação de controles internos. O Gráfico 7 mostra os percentuais. Compras, licitações e contratos foram os setores que lideraram com 78,43% das respostas – um avanço nos três setores mais importantes no quesito gastos de dinheiro público. No setor de compra são feitos os orçamentos, requisições e licitações, todos os processos para declarar no certame o vencedor e posteriormente os contratos que firmam os acordos de trabalho e prestadores de serviços, com melhoria nesses três setores e em outros.

Em segundo lugar, recursos humanos e em seguida prestação de contas de diárias recebidas para viagem. Os setores que foram apontados na pesquisa já demonstram uma

grande evolução na administração pública das prefeituras do Estado de Mato Grosso.

A hipótese desta pesquisa, as prefeituras do Estado de Mato Grosso apresentaram melhorias na administração de recursos públicos após a implantação de sistemas de controles internos, foi confirmada, e diversos setores das prefeituras tiveram melhorias, inclusive no quesito economicidade.

O controle interno é uma ferramenta importante na administração. As melhorias acontecem gradativamente, e a velocidade depende do controlador, do respaldo do gestor e da participação dos membros da equipe. O segundo objetivo específico foi identificar os itens que não obtiveram melhorias nas prefeituras do Estado de Mato Grosso, após a implantação de controles internos. Os itens que menos apresentaram melhorias foram: jurídico, assistência social e previdência. Foi demonstrado no Gráfico 10 que 63% dos municípios responderam ser necessário melhorar a questão de ter conhecimento sobre a importância de controle interno e agir para atingir eficiência e eficácia. Isso representa que os servidores estão trabalhando e seguindo instruções normativas e análise de controle interno e externo, sem possuir conhecimento suficiente sobre a importância do controle interno.

Os controladores pouco participam ou acompanham as atividades dos servidores, situação que precisa ser melhorada, haja vista o controlador ter de conhecer a realidade das secretarias e dos diversos setores da administração. Participar de forma rotineira para obter bons resultados na coordenação da equipe e sugerir mudanças quando for necessário, pode corrigir a tempo eventuais erros. O terceiro objetivo específico foi constatar as melhorias encontradas nas prefeituras do Estado de Mato Grosso, após a implantação de controles internos. As melhorias mostram que as prefeituras possuem controladores internos efetivos, o que faz diferença. Não havia antes um profissional para cuidar dessa área de relevância.

Eles fazem instruções normativas que atendem às necessidades da prefeitura como ficou comprovado na pesquisa. Houve bastante economia nos municípios após a implantação exigida pelo TCE em 2007. Subentende-se então que houve redução de desperdícios. Os setores que mais obtiveram melhorias foram compras, licitações,

contratos, recursos humanos e prestação de conta de diárias, dentre outros diversos setores.

Ficou claramente percebido com o resultado da pesquisa que diversos setores obtiveram melhorias no setor de compras, licitações e contratos. Este foi o que mais se destacou, com grande relevância. Nesses três setores ocorre o processo de aquisições para as prefeituras. Neles existem diversas formalidades nos processos que acarretam apontamentos e multas perante o Tribunal de Contas. Em segundo lugar vem o setor de recursos humanos, no qual houve melhorias – situação boa para administração, já que existem problemas sérios na questão de recursos humanos. São exemplos desses problemas: funcionários fantasmas afastados irregularmente, posse de concurso público irregular, número elevado de pessoas contratadas causando estouro de limite prudencial, e nepotismo – contratação de parentes e familiares, prática inconstitucional no Brasil.

Demonstrou-se um avanço nos órgãos públicos do Executivo e uma carência no trabalho dos controladores por não darem atenção à parte preventiva de controle interno. Ficou demonstrado que muitas prefeituras não seguem as instruções normativas. Nessas condições, o auditor deve tomar medidas mais drásticas em relação à equipe desobediente, o que não pode ocorrer nem deve permitir as atividades sem o devido acompanhamento e sem o atendimento às exigências de controle interno. Foi perguntado na pesquisa se houve economia; liderou a resposta que não obtiveram melhorias. Então, com a implantação de sistemas de controle interno, não foram reduzidos os gastos e desperdícios na maioria dos municípios. Foi mostrado que acham mais importante a parte preventiva, e que é preciso manter os padrões de rotinas para continuar obter bons resultados.

Mesmo precisando de ajustes em seus controles internos, as prefeituras de Mato Grosso obtiveram melhorias em diversos setores, um avanço bastante significativo que deve servir de exemplo para outros estados brasileiros. Ficou claramente explicado que o controle interno é importante para os órgãos públicos municipais. foi possível verificar o funcionamento dos controles internos no estado de Mato Grosso; foram mostradas diversas melhorias e o que preciso melhorar; foram também apresentados os itens que devem conter o controle interno de órgãos públicos de prefeituras municipais.

Como o tema é inovador, essa pesquisa tem grande serventia para os controladores públicos, que individualmente executam seu controle interno em cada município, e, assim, podem perceber a real situação dos municípios em relação aos controles internos implantados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle interno deve ser estruturado com equipe capacitada de servidores efetivos, pois em alguns municípios ainda são contratados. Para se ter autonomia, o controlador precisa ter suas garantias, sem o risco de perder o emprego. O trabalho deve ser realizado com imparcialidade e ser pautado com atenção e desconfiança, suspeitando até mesmo das mais singelas atitudes e ações; para quaisquer atividades deve ser levada em consideração a moralidade.

Ainda é preciso melhorar os controles internos do Estado de Mato Grosso. Recomenda-se que os componentes de unidades de controle interno e demais servidores públicos participem dos eventos que o TCE MT promove com frequência. Com essas capacitações, cursos, palestras e ensino a distância, o conhecimento é oferecido gratuitamente por profissionais de excelência em conhecimento público.

Os controladores devem frequentar as secretarias municipais e acompanhar as atividades dos servidores, para dessa forma agir de maneira preventiva e com o controle cada vez mais aprimorado.

A estrutura de elaboração de instruções normativas precisa estar em constante ajustamento com a realidade local. As normas de uma cidade, por melhor que elas sejam, podem não ser úteis a outro município por não atingir os setores envolvidos e por ter muitas particularidades. O controle interno deve ser aprimorado, acompanhando a realização dos serviços e apontando quando forem necessárias novas ideias e sugestões de mudanças, a fim de evitar erros, fraudes e irregularidades.

Recomenda-se um estudo aprofundado do Guia do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, um passo a passo com linguagem facilitada para a implantação de controles internos, disponível no site, para *download*. As prefeituras devem seguir esse manual e praticar as medidas de controle interno com seriedade.

Todos os servidores devem acatar as sugestões do controlador. Não há como funcionar as atividades se o controlador pedir uma coisa e os servidores fizerem outra, em verdadeira desordem. Isso tira a autonomia do controlador.

É obrigado por lei representar os órgãos competentes quando estiver diante de desvios do erário público. Então é justo obedecer às normas de controle interno. Afinal, esse profissional avaliará o desenvolvimento das atividades diante de uma representação, e o servidor responsável responderá por seus atos e ações realizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia de trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BOYNTON, Willian C.; JOHNSON, Raymond N; KELL, Walter G. **Auditoria**. Sao Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2000 e 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**: 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Guia de implantação do sistema de controle interno na administração publica. Cuiabá: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, 2007.

JUND, Sérgio. **Auditoria**: conceitos, normas e procedimentos. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade: **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 . ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Lei Orgânica do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso – Lei complementar nº269, de 22 de janeiro de 2007.

OLIVEIRA, Luís Martins; PERES JR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto Santos. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

Submissão: julho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: dezembro de 2023.